

Desenvolvimento sustentável e ideologia: interpelações

Rogata Soares Del Gaudio*; Eliano de Souza Martins Freitas**
e Doralice Barros Pereira***

“tudo deve mudar para que tudo fique como está”
Tomaso di Lampedusa (1963)

Resumo:

O Desenvolvimento Sustentável (DS), por meio de interpelações, contribui para o ideário do progresso e do crescimento econômico no Brasil. Com uma economia brasileira voltada à exportação silenciam-se conflitos e tensões derivados dos processos de (re)produção social do espaço. A expansão da mineração e do setor imobiliário, além de outros setores, têm legitimado seus projetos em detrimento da degradação, por vezes, irreversível do meio ambiente e deslocado compulsoriamente comunidades. Duas partes compõem o artigo, que utilizou a Análise do Discurso: na primeira, correlacionamos as Ideologias de Progresso (IP) e Ideologia do Desenvolvimento (ID) à Ideologia do Desenvolvimento Sustentável (IDS); posteriormente, apresentamos, por meio dos discursos/práticas que emergem de algumas empresas dos setores de mineração e imobiliário, exemplos de interpelação da IDS.

Palavras-chave: ideologia do desenvolvimento sustentável; questão ambiental; mineração; setor imobiliário.

Sustainable Development and Ideology: Interpellations

Abstract:

Sustainable Development (SD), through interpellations, contributes to the ideology of progress and economic development in Brazil. With a Brazilian economy oriented toward exports, the conflicts and tensions derived from processes of social (re)production of space are silenced. The expansion of the mining and real estate sectors, along with other sectors, has legitimized their projects at the cost of degrading, at times irreversibly, the environment and forcibly dislocating communities. This article, which uses discourse analysis, has two parts: in

* Doutora em Educação; professora Associada I da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, Brasil. Organizadora de *Geografias e ideologias*. Ver Del Gaudio; Pereira (2014). End. eletrônico: rogatasoares@gmail.com

** Doutor em Geografia; professor de Geografia do Colégio Técnico da UFMG, Belo Horizonte-MG, Brasil. Organizador/autor de *Meio Ambiente em cena*. Ver Freitas; Ferreira (2012). End. eletrônico: elianofreitas@gmail.com

*** Doutora em Geografia; professora Associada III da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, Brasil. Autora, dentre outros, de *La participation publique dans les unités de conservation au Brésil*: Serra do Cipó. Ver Pereira (2010). End. eletrônico: pereiradb@yahoo.com.br

the first we relate Ideas of Progress (IP) and the Ideology of Development (ID) to the Ideology of Sustainable Development (IDS); in the second we present, through discourses/practices that emerge from some mining and real estate sector businesses, examples of interpellations of the IDS.

Keywords: ideology of sustainable development; environmental question; mining; real estate sector.

Introdução

Um suposto novo *modelo de desenvolvimento* capitalista no Brasil nos instiga a entender mais e melhor as ideologias que os sustentam e suas interações. Elas se materializam em discursos e práticas respaldando uma frente política,

composta, por um lado, pela *grande burguesia interna* constituída pelos grandes grupos industriais tais como as empreiteiras OAS, Odebrecht, Camargo Corrêa, etc., e os grupos industriais da Friboi, Brazil Foods, Vale, Gerdau, Votorantim, etc., e o agronegócio exportador – todos beneficiados pelo aumento das exportações focado numa agressiva política de financiamento através do BNDES (...). (Alves, 2014: s.p.)

Interessa-nos, os discursos de grupos, em torno de uma produção voltada a exportação, visando a inseri-los na concorrência internacional. Essas práticas atrelam o tráfico de influência e acesso a recursos do Estado político-oligárquico, legado dos governos neodesenvolvimentistas. Assim, na era do globalismo, o desenvolvimentismo capitalista é tragado pela dominância do capital financeiro.

Para essa análise, a Ideologia, aqui implica **práticas sociais** e “complexos processos sociais de ‘interpelação’ ou alusão a nós dirigidos” (Therborn, 1991, apresentação). Entendemos, com o autor que as ideologias “interpelam os sujeitos, fazendo com que estes compreendam o mundo em diversos graus de significatividade” (idem: contracapa). Assim, o termo sujeito possui dois sentidos opostos: o “sujeito sujeitado”, que é “submetido ao poder do príncipe”, e o sujeito “qualificado para manter ou alterar determinada ordem social” (idem: prefácio)¹.

As ideologias mostram, conforme esse autor, três modos de interpelação ideológica, sendo que o primeiro modo aponta/afirma o que “existe e seu corolário, o que não existe, quem somos, o que é o mundo, como são a natureza e a sociedade (...)”; o segundo elas, em cada tempo e lugar, “[afirmam] o que é

¹ Se as ideologias submetem, elas também qualificam os sujeitos para a luta e a mudança da ordem existente, a exemplo dos movimentos em torno dos apanhadores de flores sempre vivas (Monteiro, 2011); da preservação da Serra do Gandarela (Rojas, 2014) etc. **No artigo, privilegiamos os processos de submissão dos sujeitos por meio da IDS.**

bom, correto, justo, belo (...) e todos os seus contrários (...); e, por fim, o terceiro afirma o que seria “possível e impossível”, permitindo a construção dos sentidos de permanência e mutabilidade de determinada ordem/condição/sociedade (idem: 16).

A “interpelação” corresponde a “uma ilustração, um exemplo adaptado a um modo específico de exposição, suficientemente ‘concreta’ para ser reconhecida, mas abstrata o bastante para ser pensável e pensada, dando origem a um conhecimento” (Pêcheux, 1996: 149). Com base em variados processos de interpelação, as ideologias “sempre são produzidas, transmitidas e recebidas em situações sociais concretas, materialmente circunscritas, e com base em meios e práticas de comunicação especiais, cuja especificidade material pesa sobre a eficácia da ideologia em questão” (Therborn, 1991: 65).

Vale considerar ainda a importância da linguagem e, em especial, do silenciamento nos processos de interpelação ideológica. Se para Bakhtin, “a palavra é o signo ideológico por excelência (...) [Ela] É o modo mais puro e sensível de relação social” (Bakhtin, 2006: 36, inserção nossa), Orlandi esclarece que “há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio” (Orlandi, 2007: 11). Pois, “as palavras, na perspectiva da análise do discurso, já são sempre discursos na sua relação com os sentidos” (idem: 171).

Remeter à dimensão política do silêncio implica que este “pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (e da opressão) como parte de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (idem: 29). Então, “há, pois, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer ‘uma’ coisa para não deixar dizer ‘outras’”. (idem: 53)

A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável e as ideologias do Progresso (IP) e do Desenvolvimento (ID)

Com a modernização da sociedade, duas ideologias apoiaram à ampliação da acumulação capitalista e guardaram diferenças entre si: as “*Ideologia do Progresso e Ideologia do Desenvolvimento*” (Furtado, 1978). A IP busca um disciplinamento da sociedade frente aos conflitos de classe e é usada para evitar o fim da sociedade que possui estruturas extremamente estáveis. Ou seja, serve para unir os grupos sociais contribuindo para “fomentar a consciência de interdependência em grupos e classes com interesses antagônicos, nas sociedades em que a revolução burguesa destruiu as bases tradicionais de legitimação do poder” (idem: 45). Na concepção desse autor, o impacto dessa ideologia foi tão forte que atingiu

os movimentos que desejavam destruir a ordem capitalista. Já a *“Ideologia do Desenvolvimento”*, apresenta-se sem este amálgama social. É um pacto entre grupos internos e externos cuja pauta é a aceleração da acumulação, e que num contexto de “industrialização tardia e dependente”, foi uma simples transferência dos modelos industriais das áreas centrais àquelas interessadas na modernização. Tudo isto baseado num modelo autoritário de sociedade encarado como o único capaz de transplantar o processo industrial e acelerar a acumulação capitalista. (Freitas; Del Gaudio, 2015a). Assim, “a idéia de desenvolvimento serviu para afiançar a consciência de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência” (Furtado, 1978: 76).

Ambas ideologias prestaram, ainda, para consolidar uma concepção de natureza infinita, dadivosa e subordinada ao homem, de modo que o progresso/desenvolvimento “alcançasse a todos”. O Estado, no Brasil, as aplicou largamente nos processos de reprodução social dos espaços. Essas formas de (re)produção do espaço acirraram a criação de uma sociedade cada vez mais produtivista, desigual mas consoante a construção de práticas e representações em que a natureza ora era desvalorizada, ora era enaltecida/louvada dada a sua pujança, portanto passível de destruição.

A partir da década de 1960, há uma “crise do padrão de acumulação do capital”, com o declínio da taxa média de lucro que se propalou pelo mundo do trabalho. Para alçar as taxas de lucro do apogeu fordista, ou para ir além delas, os capitalistas começaram a discordar da destinação de frações dos recursos detidos pelo Estado, com as políticas públicas de bem-estar social. A “crítica” neoliberal acentuou tal aspecto, revitalizando os discursos de déficit fiscal acarretado pelos compromissos que o “pacto” impunha ao Estado (Harvey, 1992).

Nesse processo, surgiram vários movimentos que questionaram tanto o modo de produção dominante, quanto o modo de vida (Gonçalves, 1989). Eles eclodiram de situações particulares, como as vividas por jovens, mulheres, negros, minorias étnicas etc., que almeja(va)m transformações anteriormente prometidas e não realizadas plenamente (e, em vários casos, sequer minimamente). Dentre eles, os movimentos ecológicos questionaram as bases do desenvolvimento capitalista devido à “crise ecológica” (Bihr, 1991).

Assim, tornou-se visível semântica, discursiva e politicamente uma “intensa crise ecológica”, ecoada por meio da poluição e degradação da “natureza natural” do planeta. *As Ideologias do Progresso e do Desenvolvimento* passaram a ser inquiridas. Uma mudança discursiva afeita à “natureza” e aos recursos naturais aflorou no âmbito dos processos produtivos políticos e acadêmicos, apresentando-a gradativamente como insuficiente e frágil. O discurso da infinitude, aos poucos, cedeu lugar ao discurso da limitação e da escassez nos fóruns de debate que procuraram

nortear e institucionalizar a discussão quanto aos limites da natureza e as ações decorrentes a partir daí (Freitas, 2013; Ribeiro, 2001).

As IP e ID foram ressignificadas e atualizadas, efetuando trocas com outras ideologias pré-existentes, conforme Therborn (1991). Esse novo momento (re) produziu, em diversas escalas e meios, um discurso ecológico que criticava a modernização da sociedade, baseada no modelo urbano-industrial. O crescimento econômico via urbanização/industrialização passou a ser demonizado, frente à iminência das catástrofes ambientais. A ameaça de escassez da natureza e/ou de seus elementos, em especial, aqueles mais capazes de aumentar a aferição de rendas – como a água, a “vista definitiva”, as moradias em áreas “preservadas” (Pereira e Del Gaudio, 2014), estimularam sua condição de “novas raridades” (Lefebvre, 2008).

Face à finitude da natureza ou a “insustentabilidade” da Terra para outras gerações, organizações multilaterais, cientistas e políticos foram compelidos a patrocinar a instauração do “Desenvolvimento Sustentável (DS)”. Esse foi/é entendido como aquele capaz de preservar a Terra para as gerações futuras e garantir a sustentabilidade da vida (Relatório Brundtland, 1987). Se, inicialmente, esse questionamento adveio dos movimentos que contestavam o modo de vida dominante, a seguir sua captura pelos circuitos de valorização do capital proporcionou a crescente apologia ao DS das/nas empresas, a exemplo, da “maquiagem verde”. Era necessário fundar uma alternativa de reconciliação entre as formas altamente exploratórias da produção capitalista e a preservação do meio ambiente, para revigorar a economia mundial.

A extensão dessas práticas à sociedade, ancoradas em um forte discurso de finitude x preservação, uso racional dos recursos, determinadas formas de cooptação via educação ambiental e pagamento pelos serviços, convergiram para a “Ideologia do Desenvolvimento Sustentável (IDS)”.

Se para Therborn (1991), as ideologias submetem e qualificam os sujeitos, entendemos que o desenvolvimento sustentável, como ideologia, exerce esse papel, ao possibilitar situar, por exemplo, a questão ambiental em torno do que existe e não existe, do possível e do impossível, do correto, bom e bonito. As interpelações da IDS ocasionam, de um lado, a aceitação das propostas de resolução da crise afeitas às classes dominantes, tais como a cobrança pelos “serviços ambientais” e a instituição de novas formas de valorização do capital, por meio do comércio de carbono, dos mecanismos de desenvolvimento limpo, pelas certificações etc. De outro, geram um medo crescente e asfíxiante de esgotamento dos recursos nos sujeitos, induzindo ao controle das ações cotidianas do vizinho, colega de trabalho, parentes, a fim de evitar o “desperdício” que, certamente, produzirá a escassez absoluta. A interligação entre essas duas formas reforça ambos os lados a partir de uma concepção hegemônica do ambiente e da crise.

Essas formas de subordinação despolitizam questões como a superexploração do trabalho e a introdução de estratégias de aumento das taxas de lucro, que recrudescem as desigualdades sociais, impondo o “silenciamento”; “emudece” os significados tradicionais do território e cria uma visão unívoca de natureza que auxilia na manutenção da exploração capitalista do espaço – não sem contestações.

A IDS agrega valores, representações, ideias e orientações a serviço da reprodução social, pautados em um discurso ecológico competente devotado a ensinar a todos uma “única” visão de mundo ecologicamente correta. A IDS se anuncia a partir da

construção de diversos discursos, práticas e argumentos que se caracterizam por possuir formas e mecanismos de interpelação relacionados à (in)sustentabilidade do crescimento econômico atual e pautados nos riscos iminentes de esgotabilidade da natureza que por sua vez, obscurecem processos históricos que os produziram, bem como as atuais, e desiguais, relações de poder que os sustentam. (...) Essa ideologia tem uma função – ora implícita, ora explícita – de tornar o ponto de vista particular da classe dominante como o ponto de vista universal, embora, compreendamos também que as ideologias podem servir para a transformação social deste mundo, a partir de um processo de transformação/qualificação do(s) sujeito(s) (Freitas; Del Gaudio, 2015b: 3-4).

Se for correto afirmar que a IDS perpassa todas as classes sociais que a aceitam e reverberam suas ideias hegemônicas (na verdade em suas práticas e soluções para a “salvação da humanidade”), ela atende principalmente, aos ditames de uma classe sobre as outras. O “Desenvolvimento Sustentável” indica imprecisões, mas, simultaneamente, comporta consensos e “visões sociais de mundo” (Löwy, 2002) hegemônicas. Afinal, quem seria contra “a salvação do mico leão dourado”, dos “baobás” ou da “preservação do planeta”? Se, para isso, torna-se necessário, por exemplo, “pagar pela água que se consome em casa”, que assim, seja. E “que o preço seja alto, de modo a que as pessoas aprendam a economizar”... E quem não pode pagar? Eis um problema para o governo²...

² É fundamental considerar a articulação, do ponto de vista econômico, entre a IDS e os preceitos do neoliberalismo, em especial a supremacia do mercado sobre todas as esferas da vida. Tudo deve entrar no circuito de valorização do capital sob a forma mercadoria. São exemplos dessa articulação a II Conferência da Indústria de Gerenciamento Ambiental e a Carta Empresarial para o DS (1991); a ação de setores empresariais japoneses e europeus aderindo ao DS (Oliveira, 2009); as certificações diversas etc.

Interpelação e IDS

A IDS tende a homogeneizar impactos e limitar benefícios que o mercado aproveita desde o anúncio da “crise ecológica”. A alienação presente no “mercado verde”, não elimina a dominação da natureza, mas articula práticas “sustentáveis”, com a utilização/preservação dos elementos da “natureza natural” do mundo ou mesmo a diminuição dos impactos ecológicos objetivando a extração das rendas e elevação das taxas de lucro, com baixo (para não dizer nulo) desenvolvimento social. Com a IDS, a alienação é estendida, ora retornando a um passado idílico, ora realçando a competência redentora da técnica, com uma cientifização ecológica capaz de solucionar todos os problemas ambientais.

A natureza permanece sendo objetualizada, um recurso a ser protegido e conservado para a boa saúde do desenvolvimento capitalista. Nessa vertente, considerando um importante setor na economia nacional, a mineração evoca regiões e territórios em Minas Gerais e no Brasil sobressaindo o que Bakhtin ressalta

Tudo que é ideológico é um signo. Sem signos, não existe ideologia. Todo corpo físico pode ser percebido como signo. (...) E toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico. (...) um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer esta realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. (...) Tudo que é ideológico possui valor semiótico (Bakhtin, 2006: 31-2).

A IDS enaltece na mineração o trabalho, a geração de divisas, com preservação ambiental, o montante de empregos gerados e seu compromisso, sempre acionando a perspectiva do semióforo, “signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica (...)” (Chauí, 2000: 12). As empresas ao remeterem aos valores e necessidades acima, apelam também para a fertilidade do semióforo “porque dele não cessam de brotar efeitos de significação” (idem, *ibid*).

Assim privilegiando a declaração da Samarco (veiculada intensamente nas rádios em Belo Horizonte) empresa responsável pelo acidente de 05 de novembro de 2015 em Mariana, que dizimou o distrito de Bento Rodrigues com a corrida de cerca de 62 milhões de m³ de rejeitos da barragem de Fundão:

Nós, da Samarco, reafirmamos nossa profunda consternação pelo **acidente ocorrido**. Já, desde o primeiro momento, **mobilizamos todos os recursos disponíveis**, humanos e financeiros, para atender às emergências e buscar soluções. **Estamos trabalhando** incessantemente e contando com muitos apoios. Agradecemos a todos que, direta ou indiretamente, estão prestando sua **solida-**

riedade às comunidades e à Samarco. Neste momento, estamos sendo muito questionados, mas **continuamos firmes** para esclarecer os fatos. **Somos mais de 3 mil pessoas orgulhosas do trabalho** que realizamos há 40 anos no Brasil. E continuaremos fazendo o que deve ser feito. Esse é o nosso **compromisso**, o compromisso da Samarco (Samarco, 2015; grifos nossos).

Nesse caso, “A política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (Orlandi, 2007: 73). A Samarco declara “nós, acidente, estamos trabalhando (o “nós”, de novo), somos mais de 3 mil pessoas orgulhosas do trabalho”, para reiterar que todos, do diretor presidente à faxineira, estão implicados e preocupados com o “acidente”. Anuncia-se muito e silencia-se quem de fato, tomou as decisões, procedeu às escolhas. E mais, se no comunicado a Samarco “agradece a todos que estão prestando sua solidariedade às comunidades e à EMPRESA”, ela se posiciona, discursiva e semanticamente, no mesmo plano das populações efetivamente atingidas.

Como “os processos discursivos se realizam necessariamente pelo sujeito, mas não têm sua origem no sujeito (...), ao falar o sujeito se divide: as suas palavras são também as palavras dos outros” (idem: 78), observamos a construção discursiva desse silenciamento por meio do muito dizer, para muito silenciar. Nas mídias abertas, não ouvimos as palavras dos sujeitos efetivamente atingidos... No Youtube, vídeos mostram a retirada do microfone dos entrevistados quando testemunham a precariedade e/ou descaso de sua situação ou culpam a empresa pelo ocorrido e suas consequências, realçando que

é isto, aliás, a ideologia para o analista do discurso: estando os sujeitos condenados a significar, a interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais [o “nós” no discurso da empresa], daí resultando a impressão do sentido único e verdadeiro [“solidariedade as comunidades e a Samarco”; “somos mais de 3 mil pessoas orgulhosas do trabalho que realizamos há 40 anos no Brasil”] (Orlandi, 2007: 96; inserções nossas)

Ainda de acordo com a autora, “as palavras têm muitos sentidos, mas esses sentidos são determinados pelas suas condições de produção. Não se podem usar palavras indiferentemente” (idem: 98). E se “o implícito é o não dito que se define em relação ao dizer. O silêncio, ao contrário, é o não dito que sustenta o dizer mas é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído” (idem: 102), o que está implícito nessa manifestação da empresa? Que todos os “3 mil funcionários da Samarco, orgulhosos do trabalho que fazem há mais de 40 anos no Brasil”, estão sim consternados, afetados e são responsáveis, coletivamente, pelo “acidente”.

A peça publicitária convoca a todos os empregados como responsáveis pelo ocorrido, facultando à empresa construir um novo sentido para a situação do “acidente”. Uma “nova verdade” quanto à responsabilidade ambiental descredencia outras verdades, indesejáveis à si mesma: o conhecimento prévio de que o rompimento da barragem era um risco (inclusive com o alerta do engenheiro calculista da barragem), o elevado número de mortes, a destruição de fauna, flora e recursos hídricos que abarcou várias cidades e o oceano Atlântico, a destruição de múltiplos modos de vida ao longo do curso do rio Doce e no litoral do Espírito Santo (ES) etc.

Para endossar uma imagem-ilusão de empresa ambiental e socialmente responsável, as empresas de mineração adotam diversas estratégias, com uma clara socialização das perdas, pois, quando necessário, mobilizam o aparato de Estado para “dividir” custos/prejuízos, com a IDS encobrendo dessemelhanças entre os graus de responsabilidade e promovendo a imagem-ilusão de uma empresa preocupada/ocupada com os danos ecológicos e com o futuro da sociedade (Assis, 2006).

Melhorar a imagem e propiciar a extração de rendas/lucros são intentos de várias empresas, que para isso se filiam ao discurso ambiental. Conforme o autor, as empresas dos setores químico e petroquímico, assim procedem a fim de interpelar os sujeitos quanto a essencialidade dos produtos para o ser humano. Justificam os impactos ambientais, apresentando ações de mitigação para tais impactos, quando não os negam explicitando haver convivência harmônica entre a produção capitalista e a natureza, já que existem tecnologias que permitem a reconciliação decantada pelo DS (idem).

No processo de produção do espaço, identificamos uma sofisticação nas ações dos setores imobiliário, minerário e da construção civil, ao atuarem em aliança. Por meio da IDS há um refinado processo de interpelação dos sujeitos para consumirem novos espaços, com a chancela de que tais empresas sejam “ambientalmente sustentáveis”.

Nos estertores do século XX, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), especialmente no eixo Sul, um diferenciado processo de produção do espaço, com a progressiva conversão dos “sítios de recreio” em residências definitivas, criou vários “enclaves fortificados” (Caldeira, 2001). Elevou-se a oferta de empreendimentos com caráter mais empresarial, englobando a moradia, ligada ao setor de serviços e comércio, ocupados, majoritariamente, pela classe média belorizontina, que aspirava retomar o contato com a natureza, desfrutar do progresso da civilização e “fugir” da metrópole decadente, poluída e adocida. Assim, grupos empresariais passaram a oferecer empreendimentos que convergiram para os discursos de preservação ecológica, da extrema segurança e diferenciações arquitetônicas para auferir elevadas rendas e permitir a reunião

dos iguais (profissionais autônomos, liberais).

Um exemplo emblemático desse processo foi o projeto “Vale dos Cristais” (2003), fruto da parceria entre a Anglo Gold Mineração, a Odebrecht Engenharia e Construções e a Gribel Imóveis. Nesse processo a Anglo-Gold “cedeu” à Odebrecht uma área de 587,5 hectares para a elaboração de um plano de produção e venda de espaços que não se resumisse a edificações residenciais. O projeto, centrado num Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), previa um desenvolvimento urbanístico “norteado pelo respeito às características de cada parte do terreno” (Odebrecht, 2002), a chamada vocação natural, com áreas para comércio, serviços, trabalho para profissionais liberais, alocação de empresas não poluentes e permeados por espaços de lazer, turismo e esportes, com preservação das condições ecológicas locais, na APA SUL da RMBH.

Segundo os idealizadores, 52% (304 ha) da área do Vale dos Cristais foi classificada como restrita para qualquer tipo de ocupação, restando 48% para usos diversos, sendo que apenas, 26,3% (154 ha) desses seriam efetivamente voltados para edificação, com lotes de 1.000 a 3.000 m². O projeto manteria uma área de 242 ha, para ser transformada em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), na qual intentava desenvolver projetos de preservação ecológica, educação ambiental, ecoturismo etc. Assim, o

projeto tem uma predominância residencial, mas também tem alguns componentes de comércio e serviço, e um espaço empresarial (...) Área com lotes unifamiliares (...) empreendimentos multifamiliares, são prédios com quatro andares no máximo. Com característica escalonada, encaixada nas encostas, (...) **para que você tenha sempre a linha do horizonte preservada**”. (...) Trata-se, portanto, de modelo que não reproduz os parâmetros tradicionais de uso e ocupação notadamente urbanos, mas que pretende gerar **a criação de uma nova comunidade, capaz de se integrar de forma harmônica e complementar à estrutura de ocupação já existente no entorno**. Dentro da perspectiva de um **empreendimento sustentável**, os tipos de residências devem se misturar aos usos de comércio e serviços na proporção adequada à geração de uma **economia local**, que traga benefícios em âmbito municipal e regional. (...) **As condições ambientais da área e sua inserção na Área de Proteção Ambiental (APA SUL), ao invés de ser um empecilho para ocupação, tornam-se um atrativo. A vegetação e os cursos d’água, assim como a fauna associada e as áreas de interesse histórico-arqueológico, podem constituir elementos de atração para o empreendimento**” (Freitas, 2004; adaptado)³.

³ O presente trecho resulta de entrevista realizada no ano de 2002 pelo pesquisador Eliano de Souza Martins Freitas durante mestrado no IGC/UFMG e análises de documentos fornecidos pela empresa Odebrecht e Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Os grifos são nossos.

Nesse contexto, a IDS incorpora a dimensão ecológica como vantagem competitiva e cria a oportunidade empresarial, adotando posicionamentos hegemônicos do campo ambiental e apagando outras sustentabilidades possíveis. Na luta intercapitalista, as empresas para salvaguardar seus interesses salientam ser suas ações as menos poluentes/degradantes do que as ações de outras empresas e, não raro, há desqualificações mútuas das iniciativas de preservação ambiental. Mas, ao fim e ao cabo, as empresas silenciam, por meio da IDS, os impactos/custos oriundos da/na produção do espaço e poucos questionamentos pontuam a concorrência entre essas empresas e as “novas/velhas” formas de apropriação da natureza⁴.

Em síntese, a IDS contribui para a valorização do capital por meio da produção do espaço aliando o setor imobiliário/da construção e o minerário numa junção exploração/preservação, favorável a ambos na extração de rendas/lucros. Os enclaves ecológicos produzidos visam garantir a exploração mineral (e imobiliária presente e/ou futura), numa evidente subordinação do discurso e da prática ecológica às necessidades de reprodução dos capitais. Essa fusão entre a questão fundiária/imobiliária e minerária, nesse “Eixo” da metrópole, resulta na produção de um espaço diferenciado, indispensável ao atual estágio de desenvolvimento capitalista com a elevação dos ganhos econômicos nesses setores (Freitas, 2004).

Considerações finais: por uma crítica não ideológica da IDS

Se limitarmos nossas críticas à(s) ideologia(s) como sendo “uma ficção da qual uma análise desmascaradora poderia nos libertar ao revelar a verdade recoberta por um véu falseador” (Martins, 2009), desconsideraremos que o discurso ideológico não diz tudo, apesar de ser coerente e poderoso. Desconsideraremos, ainda, que “se diz muito, para silenciar outras vozes”. Tais capacidades exigem uma abordagem crítica para a *Ideologia do Desenvolvimento Sustentável*, que trabalhe contra o potencial da razão cultural burguesa e contra a irracional função dos ideais burgueses.

Os exemplos discutidos facultaram-nos perceber o quanto o desenvolvimento sustentável como ideologia, é um processo de produção de sentidos e consensos em torno de uma visão social de mundo hegemônica, que faz perdu-

³ O eixo Sul da RMBH é, na atualidade, muito disputado pelos setores minerário e imobiliário, que desejam comandar a produção do espaço. Nesse sentido, ocorrem ataques discursivos entre os setores buscando definir os níveis e graus de responsabilidades da degradação ecológica nesse eixo da metrópole. Não raro, isso ocorre por meio dos projetos de Educação Ambiental desenvolvidos na área.

rar a relação predatória com a natureza e os homens. Esses sentidos, se por um lado, nos prescrevem o que devemos fazer de modo a “preservar a natureza”, e afirmam o que seria uma convivência saudável com o “natural” – eles mesmos já profundamente alterados -, por outro, silenciam as formas pelas quais essa natureza continua a ser, majoritariamente apropriada.

Acreditamos não ser mais possível assumir acriticamente posicionamentos de preservação/conservação sem ter em conta as correlações de forças ligadas aos processos de produção de espaços e territórios. A nosso ver, é justamente aí que entra a questão de se refletir a quem serve, de fato, o discurso da sustentabilidade e os patamares que alcança.

Bibliografia

- ALVES, Giovanni (2014). *O mal-estar do neodesenvolvimentismo*. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/11/27/o-mal-estar-do-neodesenvolvimentismo/>>. Acesso em 06 de novembro de 2015.
- ASSIS, Wendel F. T. (2006). Representações da Natureza e ocultamento dos conflitos socioambientais: a unidimensão do ambiente na publicidade dos setores químico e petroquímico. *Anais do 30º Encontro Anual da ANPOCS*. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/05/FICHER-W-Representa%C3%A7%C3%B5es-da-Natureza-e-Ocultamento-dos-Conflitos-Socioambientais-A-unidimens%C3%A3o-do-ambiente-na-publicidade-dos-setores-qu%C3%ADmico-e-petroqu%C3%ADmico.pdf>>. Acesso em 20 de outubro de 2014.
- BAKHTIN, Mikhail M. (2006). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12ª ed. São Paulo: Hucitec.
- BIHR, Alain (1999). *Da grande noite à alternativa: o movimento operário em crise*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- CALDEIRA, Teresa P. do R. (2001). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP/Ed. 34.
- CHAUÍ, Marilena (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- FREITAS, Eliano de S. M. (2013). *As políticas de saneamento no final do século XX e suas implicações em Minas Gerais: reflexões a partir da reestruturação produtiva da/na COPASA/MG*. Tese de Doutorado (Geografia). IGC/UFMG. Belo Horizonte.

- _____ (2004). *A reprodução social da metrópole em Belo Horizonte*: APA Sul RMBH, mapeando novas raridades. Dissertação de Mestrado (Geografia). IGC/UFMG. Belo Horizonte.
- FREITAS, Eliano de S. M.; DEL GAUDIO, Rogata S. (2015a). Desenvolvimento Sustentável e Ideologia: equívocos de abordagem da água na educação ambiental. In: *VIII Encontro de Pesquisadores em Educação Ambiental (VIII EPEA)*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/196.pdf>. Acesso em: 12 novembro de 2015.
- _____ (2015b). Crise ecológica, escassez hídrica e ideologias: uma análise crítica da carta de 2070. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, n. 27 (3).
- FURTADO, Celso (1978). *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HARVEY, David (1992). *Condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- LAMPEDUSA, Tomasi di (1963). *O Leopardo*. 3ª. ed. Trad. Rui Cabeçadas. São Paulo: Difusão Européia do livro.
- LEFEBVRE, Henri (2008). *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.
- LÖWY, Michael (2002). *Ideologias e ciência social*. São Paulo: Cortez.
- MARTINS, Sérgio (2012). Por uma genealogia dos (des)encontros entre a geografia e o urbanos. *Revista Geografares*, Rio de Janeiro, n.10.
- MONTEIRO, Fernanda T. (2011). *Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG): travessias e contradições ambientais*. Dissertação de Mestrado (Geografia). IGC/UFMG. Belo Horizonte.
- ODEBRECHET (2002). *Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) – Empreendimento imobiliário Vale dos Cristais*. Nova Lima, MG.
- OLIVEIRA, Leandro D. (2009). *A construção do desenvolvimento sustentável sob a égide do neoliberalismo: um estudo sobre a economia política da crise ambiental*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/t3/sessao2/Leandro_Oliveira.pdf>. Acesso em 24 de outubro de 2009.
- ORLANDI, Eni P. (2007). *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 6ª. ed. Campinas: Ed. Unicamp.
- PÊCHEUX, Michel (1996). O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ŽIŽEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.

- PEREIRA, Doralice Barros; DEL GAUDIO, Rogata Soares (2014). As ideologias e a exclusividade da natureza - aproximações. In: DEL GAUDIO, Rogata S.; PEREIRA, Doralice B. (org.). *Geografias e Ideologias* - submeter e qualificar. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.
- RELATÓRIO BRUNTLAND (1987). Disponível em: <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acesso em 10 de novembro de 2015.
- RIBEIRO, Wagner C. (2001). *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto.
- ROJAS, Claudia M. O. (2014). *Os conflitos ambientais na Serra do Gandarela na perspectiva das comunidades locais*. Dissertação de Mestrado (Geografia). IGC/UFMG. Belo Horizonte.
- SAMARCO (2015). *Fazer o que deve ser feito*. Esse é o nosso compromisso. 04/12/2015. Disponível em: <<http://www.samarco.com/2015/12/04/comunicado-91/>>, Acesso em 05 de dezembro de 2015.
- THERBORN, Göran (1991). *La ideología del poder y el poder de la ideología*. México: Siglo Veintiuno Ed.